

Editorial

Vanessa Campagnac

Editora da Revista Cadernos de Segurança Pública

Esta 12ª edição da Revista Cadernos de Segurança Pública traz como tema Atividades de Inteligência e Segurança Pública. E para tal, uma inovação: nossa edição feita em parceria com a Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), vinculada à Subsecretaria de Inteligência (SSINTE) da Secretaria de Estado de Polícia Civil, algo inédito nos mais de dez anos da Cadernos.

Para esta edição registramos recorde do número de trabalhos inscritos, o que fez o trabalho de escolha dos artigos, por parte dos pareceristas e do conselho editorial, ainda mais árduo. Além disso, as inscrições vieram de todas as regiões do Brasil, o que comprovou que a parceria realizada para esta ocasião rendeu ótimos frutos e ampliou nosso alcance. Após análise cuidadosa de cada proposta, chegamos, juntos, a esta edição, onde pudemos encartar os sete artigos mais relevantes.

Assim, trazemos nesta edição artigos explorando diferentes aspectos das atividades de inteligência, com discussões sobre seus limites e possibilidades na segurança pública, passando por exemplos de experiências conduzidas pelas polícias Civil e Militar nesta temática, além de outros discutindo a interface entre tais atividades e aquelas relativas à análise criminal.

No primeiro artigo desta edição, Hélio Hiroshi Hamada e Renato Pires Moreira, ambos da Polícia Militar de Minas Gerais, trazem sua contribuição discutindo como a inteligência estratégica deve ser aplicada na alta gestão das instituições de segurança pública. Enfatizam que tais atividades devem ser realizadas com precisão, pois perpassam por dimensões gerenciais e impactam sobremaneira os resultados finalísticos das organizações.

O segundo artigo compartilha a experiência da Secretaria de Estado de Polícia Civil na implementação do Sistema Guardiã[®] no estado do Rio de Janeiro, que tem como premissas o planejamento estratégico e a inteligência policial. Os autores Miguel Ângelo Duarte Ticom, Wanderson de Freitas Pereira Neto, Silde Monteiro de Albuquerque, Israel Carbone de Carvalho e Arnaldo Rosa da Silva Jr., todos da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Polícia Civil, demonstram a relevância e o caráter técnico desse sistema de interceptação telefônica como meio de obtenção de prova no processo penal, constituindo exceção à tutela constitucional de inviolabilidade ao sigilo das comunicações.

O artigo seguinte expõe uma experiência ocorrida no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro. A autora, major Fernanda Cunha, apresenta as atividades de inteligência de segurança pública no âmbito operacional da SEPM no que se refere ao programa Segurança Presente, focando na interação entre os agentes empregados na atividade de inteligência e os agentes atuantes no policiamento ostensivo das ruas.

Katia Machado Fernandez assina o quarto artigo desta edição e discute a inserção da análise criminal como ferramenta assessória à produção de conhecimentos de inteligência de segurança pública. Seu texto enfatiza a atividade de análise criminal como meio de auxiliar na compreensão de crimes de forma ampliada, fornecendo ao gestor cenários criminais significativos e coerentes, possibilitando melhorias substanciais nos processos de gestão da segurança pública.

As possibilidades de análise criminal no escopo das atividades de inteligência é o tema do quinto artigo desta edição. Afonso Borges (analista do Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro) e Jonas Pacheco (analista do Instituto de Segurança Pública) analisam dados sobre tiroteio e letalidade a partir de comunicações ao Disque Denúncia, identificando as facções criminosas que mais aparecem envolvidas nas denúncias feitas pela população no Rio de Janeiro.

Da mesma forma, o sexto artigo, escrito por Marcos Roberto Ribeiro da Costa, William Fonseca Pamplona Figueiredo, Isaque Regis Ouverney e Leonardo Tavares Ribeiro, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), fornece mais exemplos de como é possível reduzir determinados delitos a partir de ações de inteligência e atuação integrada de forças de segurança. Partindo da perspectiva organizacional, focam nas atividades de inteligência criminal e nas ações para redução de roubos de carga no estado do Rio de Janeiro em 2018, destacando que tal modelo integrado pode ser replicado para outras regiões.

Encerrando esta edição, João Carlos Giroto, Delegado de Polícia Federal, discute limites e possibilidades das ações de busca exploratória, verificando sua faceta de medida de inteligência policial em relação à possibilidade de obtenção de prova judicial.

Com esta edição, em parceria com a ESISPERJ, esperamos contribuir para a compreensão de temas relacionados às atividades de inteligência e sua indissociável interface com a segurança pública, com base em trabalhos técnicos e metodologias específicas, prezando pelo cientificismo para embasar tomadas de decisão dos atores estratégicos da segurança pública nacional. Esperamos que valha sua leitura!